

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ELIZANGELA MARIA LOPES SOARES

UFC. E-mail: eli.lopes@alu.ufc.br

MARIA APARECIDA DA SILVA FLORÊNCIO

UFC. E-mail: cyda_sylflor@hotmail.com

ARILENE MARIA DE OLIVEIRA CHAVES

UFPB/UFC. E-mail: arilenechaves@hotmail.com

Introdução

O presente artigo tem como objetivo historicizar sobre a Educação do Campo na Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal do Ceará (UFC); trazendo também um breve relato do processo de construção do termo Educação do Campo e apresentando como se deu o seu desenvolvimento através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), presente na Faculdade de Educação da UFC desde sua criação até os dias atuais.

Para a construção do trabalho utilizamos como metodologia de pesquisa a análise de relatórios técnicos, projetos, documentação legal, constituindo, assim, uma pesquisa documental. Já como base teórica, recorreremos à pesquisa bibliográfica e estudamos CALDART (2012) e FURTADO (2001), de onde são trazidas as discussões sobre o histórico e a realidade da educação para os povos do campo no nosso país.

Inicialmente, apresentaremos um histórico da Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); no momento seguinte serão relatadas algumas experiências ligadas a projetos na área da Educação do Campo e vinculados à Universidade Federal do Ceará (UFC), onde será socializado o caminho e percalços de tais projetos; e no terceiro e último momento trataremos algumas considerações, onde será ressaltada a importância da atuação da UFC nesses convênios para os povos do

campo e para os estudantes dos cursos de licenciaturas ainda em formação nos cursos de graduação.

Expor essas experiências nos projetos de alfabetização, escolarização, formação de educadores (as) e formação em nível superior no curso de Licenciatura em Pedagogia para educadores e educadoras do campo tem a finalidade de suscitar reflexões sobre a temática Educação do Campo e tentar compreender, historicamente, esse processo de construção de uma nova proposta de Educação que atenda ao camponês e ao seu projeto de vida e sociedade.

Histórico da Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

A trajetória vivida pelo homem do campo sempre foi muito intensa e árdua, inclusive, no que se refere ao contexto educacional. A educação nas áreas de Reforma Agrária não era algo que interessasse ao Estado, uma vez que este não se preocupou com as mazelas que atingem o campo e tão pouco favoreceu satisfatoriamente a luta para a superação do analfabetismo, em prol de uma educação que estimule a consciência crítica e social dos sujeitos do campo.

Desta forma, a Educação do Campo emerge da necessidade das comunidades camponesas em se discutir sobre políticas educacionais que atendam às suas demandas. Tal processo ganhou força a partir de julho de 1997, após o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras na Reforma Agrária (ENERA), organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que teve o desafio de articular a discussão sobre a Educação do Campo.

Em 27 de julho de 1998, em Luziânia, Goiás, é realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo. A partir daí, o termo “Educação Rural” é substituído pelo termo “Educação Básica do Campo”. Essa mudança de termo é esclarecida no documento base da I Conferência, concluído em maio de 1998, onde traz, segundo Caldart (2012), a ideia de que a expressão *campo*

deveria tomar o lugar do termo *meio rural*, pois o primeiro traria uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês*, das lutas sociais e culturais dos grupos que garantem a sobrevivência a partir do trabalho no campo. Essa mudança seria uma reafirmação do termo *camponês*; que é um conceito histórico e político.

A Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo” permitiu lançar novos olhares sobre o campo, levando o Estado a pautar a Educação do Campo como parte de suas discussões. Foram organizadas algumas coordenações, como a Coordenação de Educação do Campo em nível federal e coordenações por estados. No caso do Ceará, três universidades, a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Vale do Acaraú(UVA) constituíram uma coordenação estadual sob o comando da UFC, onde desenvolveram projetos que vem sendo mantidos em diferentes níveis até os dias atuais.

Já em 1998 surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)¹, destinado a atender a educação formal de jovens e adultos assentados em áreas da Reforma Agrária e na formação de educadores (as) destas mesmas áreas ou que atuavam nas escolas dos assentamentos ou do seu entorno e que atendiam a população assentada.

No estado do Ceará as atividades do PRONERA foram iniciadas ainda no ano de 1998, contando com o apoio do MST, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em novembro de 2002, durante o Seminário Nacional ocorrido em Brasília, o termo “Educação Básica do Campo” é substituído por “Educação do Campo” mediante debates pautados na aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE nº 36/2001,

¹ Após doze anos de aprovação do PRONERA, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que institui o programa como política pública.

referente às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo (Brasil, 2001) onde:

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas com sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (KOLLING, NERY e MOLINA, 1999, apud CALDART, 2012, p.258)

Ainda com relação à afirmação do direito à Educação, entende-se que a mesma compreende todas as etapas, desde a educação infantil ao ensino superior.

Em 2003, o Ministério da Educação (MEC), com o intuito de tratar das questões ligadas ao campo, cria o Grupo Permanente de Trabalho, onde a sua principal missão era propor a discussão e definições de políticas públicas voltadas para as questões do campo, juntamente com os movimentos sociais e instâncias que atendessem a esta proposta de educação.

Projetos na Área da Educação do Campo Vinculados à Universidade Federal do Ceará (UFC)

Desde a criação do PRONERA, a UFC contribuiu de forma significativa para que a Educação do Campo contemplasse a população camponesa através de projetos de extensão. Durante os anos de 1999 e 2000, ocorreu um projeto, sob a responsabilidade conjunta da UFC, do MST e da FETRAECE com o intuito de capacitar educadores (as) em três municípios do estado, onde foram capacitados sessenta e três monitores para a ação alfabetizadora, contando com a orientação e acompanhamento de quatro estudantes (bolsistas da graduação) e coordenadores locais que atuaram no processo de capacitação e escolarização desses monitores. Nesse projeto foram

abertas 23 salas de aula para a Alfabetização de Jovens e Adultos, atendendo um total de 460 educandos (as).

A meta inicial do projeto era alfabetizar 460 educandos, e destes, 53 % não sabiam ler e escrever, os outros 47% sabiam escrever o nome e decodificavam algumas palavras, apesar de apresentarem dificuldades na compreensão de pequenas frases e interpretações. Na área da matemática, não dominavam os numerais e nem sabiam operar contas simples. No fim do primeiro ano do projeto 80 % dos alunos estavam aptos a ingressar na pós-alfabetização e os 20% apesar de escrever o nome, não se encontravam alfabetizados.

Pedagogia da Terra: Memória da Criação em Âmbito Nacional e a Experiência na UFC

As primeiras discussões sobre a criação de um curso de Pedagogia da Terra surgiram em 1996, a partir das discussões do MST sobre a necessidade de formar os educadores e educadoras da Reforma Agrária. Para tal, o MST deu início a uma série de mobilizações, nacionalmente, através de audiências com as universidades públicas e seus respectivos Departamentos de Educação e Reitorias, onde era possível o diálogo, a fim de discutir as possibilidades de criação de um curso de Pedagogia que atendesse às especificidades do campo com o objetivo de formar educadores que já atuavam na Educação em assentamentos e/ou acampamentos.

No ano seguinte foi realizado o I ENERA, e desse encontro surgiu um grupo de trabalho para discutir as necessidades da Educação na Reforma Agrária. Ainda em 1997, no mês de outubro, representantes da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), reuniram-se na UnB com o objetivo de discutir a participação das

instituições de ensino superior nos processos educacionais relacionados ao campo e Reforma Agrária. Nessa reunião surgiu o debate sobre a organização de um programa que atendesse essa demanda e

Ao fim do encontro, foi eleito um grupo para coordenar a produção do processo de construção de um projeto educacional das instituições de ensino superior nos Projetos de Assentamento. Foi elaborado um documento apresentado no III Fórum do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), nos dias 6 e 7 de novembro de 1997. (Manual de Operações do PRONERA, 2011, p. 12).

Para a criação do primeiro curso foram realizadas 54 audiências com universidades do país com a finalidade de conseguir efetivar um convênio de Educação para formar educadores e educadoras do campo. Após várias tentativas, o primeiro convênio para a realização do curso superior Pedagogia da Terra foi firmado com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em 1998, e contou com a participação de educadores (as) oriundos de 14 (quatorze) estados: Sergipe, Maranhão, Ceará, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Pernambuco e Distrito Federal. O curso foi iniciado oficialmente no dia 21 de janeiro e finalizado no dia 04 de julho de 2001.²

A experiência na UFC ocorreu entre 2004 a 2008, intitulado “*Pedagogia da Terra*”, criado pela Resolução nº 04/Conselho Universitário de 12 de novembro de 2004, o curso de Pedagogia da Terra foi oferecido pela UFC em parceria com o INCRA e o MST através do PRONERA com o objetivo de viabilizar o acesso de beneficiários da Reforma Agrária ao ensino superior respondendo à necessidade de investir na formação dos educadores, elevando a qualidade de ensino nas escolas de séries iniciais de ensino fundamental e educação de jovens e adultos, localizadas nos próprios

² ITERRA. Pedagogia da Terra. In: *Cadernos do Iterra*. nº 6. Veranópolis/RS, dez. 2002.

assentamentos – exigência prevista, inclusive, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

O curso utilizava o método da pedagogia da alternância, onde os alunos frequentavam as aulas presenciais na FACED, durante o período de férias, e nos outros meses, cumpriam sua carga horária com atividades nos assentamentos. O acompanhamento no campo era realizado por professores (as) e bolsistas dos cursos de Licenciatura em Letras, Geografia, Pedagogia, entre outros.

Ao final do curso, 88 (oitenta e oito) estudante receberam seus certificados de graduação em Pedagogia. A solenidade de colação de grau da *Turma Patativa do Assaré*, ocorreu em 14 de janeiro de 2009, na Concha Acústica, localizada na Reitoria, no Campus do Benfica. Porém, o curso só foi reconhecido pelo MEC em maio de 2011 quando a FACED recebeu a visita de seus representantes para reconhecer o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Programa para Formação de Educadores nas Séries Iniciais de Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Gestão de Sistemas, Unidades e Projetos Educacionais de Escolas do Campo/MST em Serviço (PEDAGOGIA DA TERRA), sendo o mesmo reconhecido com a nota máxima, cinco.

Projetos em Curso

Em 2009 surge uma nova etapa onde UFC, INCRA e FETRA-ECE efetivaram ações conjuntas para que fosse garantido o acesso de jovens e adultos do campo a uma educação que contemplasse a todos e todas.

Ao final dos trabalhos, no mês de dezembro de 2009, a equipe técnica-pedagógica dos projetos entrega o relatório parcial para que pudessem receber um novo repasse de verba, que de acordo com o INCRA, ocorreria em abril de 2010. Porém, este tempo foi se estendendo, pois se fez necessário diversas mudanças técnicas no relatório. E esse processo se prolongou por todo o ano de 2010, e

somente no segundo semestre de 2011 receberam uma parcela de recursos para que os trabalhos fossem reiniciados.

O Programa ramificou-se em dois projetos que buscam atender aos dois segmentos da educação básica: O primeiro – “Olho D’Água: Escolarizando Jovens e Adultos do Campo”, corresponde ao Ensino Fundamental I, com ênfase na alfabetização e letramento e o segundo – “Ciência e Experiência no Saber e no Fazer da Reforma Agrária”, correspondente ao Ensino Fundamental II.

O projeto “Olho D’Água: Escolarizando Jovens e Adultos do Campo”, atende a 1.184 trabalhadoras e trabalhadores assentado em 60 turmas de 40 assentamentos distribuídos em 10 municípios que se dividem em cinco coordenações. Já o projeto “Ciência e Experiência no Saber e no Fazer da Reforma Agrária”, atua em três coordenações com 30 salas de aula, num total de 702 educandos.

Considerações Finais

A partir do histórico da Educação do Campo percebem-se os avanços conquistados através das lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo, porém, é visível que essa Educação está muito “além” do patamar de qualidade necessário aos povos do campo.

A Universidade Federal do Ceará, junto ao PRONERA, vem cumprindo seu papel de forma relevante, mesmo sofrendo com tantos entraves estabelecidos pelos governos federal e estadual; seus projetos, aos poucos, vêm mostrando melhorias na educação dos assentados, não apenas na alfabetização e escolarização, mas na formação política, no debate sobre Reforma Agrária e na discussão sobre direito à Educação.

Além disso, é importante salientar que os projetos ligados à UFC também contemplam os estudantes do curso de Pedagogia e de outras licenciaturas, que têm a oportunidade de vivenciar ações educativas nos assentamentos, ampliando e aperfeiçoando a práxis pedagógica pautada na Educação Popular de princípios freireanos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro De 2010. *Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação Na Reforma Agrária – PRONERA*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 24 dez. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Manual de Operações do PRONERA*. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atualizacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/educacao/educacao-orural/PRONERA_Manual_de_operacoes>. Acesso em: 26 dez. 2012.

CALDART, Roseli Salete (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FURTADO, Eliane Dayse. *O desafio de refletir sobre a alfabetização de jovens e adultos no PRONERA*. Apresentado na 24ª Reunião Anual, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp1.htm#gt18>>. Acesso em: 23 maio 2012.

ITERRA. *Pedagogia da Terra*. In: *Cadernos do Iterra*. nº 6. Veranópolis/RS, dez. , 2002.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, Curso Pedagogia da Terra – Turma Patativa do Assaré -UFC. Fortaleza, 2004.

http://www.faced.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=289&Itemid=1 Acesso em: 13/06/2011